

A CIDADE:

campo narrativo do Imaginário

EIXO TEMÁTICO 03: REPRESENTAÇÃO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO URBANO

BUSNARDO FILHO, Antonio

Doutor; Centro Universitário de Várzea Grande, MT

antonio.busnardo@univag.edu.br

ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino

Doutor; Universidade da Cidade de São Paulo

rodrigo.assumpção@unicid.edu.br

RESUMO

O presente trabalho visa ampliar o estudo sobre as cidades, por meio de um viés subjetivo. Mesmo respeitando uma relação objetiva entre indivíduo e espaço urbano, devemos também considerar as construções poéticas, especialmente no que diz respeito à memória. Nesse contexto, uma abordagem fenomenológica, constituída por meio de uma experiência sensível, insere o indivíduo em uma outra camada de leitura sobre o espaço urbano; isto é, não apenas o espaço físico construído, mas também sob o aspecto simbólico. Consideramos a cidade como um espaço de vivência e ao mesmo tempo um espaço aberto para o devaneio. Nesse sentido, o que se pretende é demonstrar que a racionalidade e a subjetividade não se excluem, mas que a razão também produz dimensões subjetivas e de memória (pessoal ou coletiva). Nesse contexto, o Imaginário de Gilbert Durand torna-se fundamental para promover a leitura do sensível na cidade.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Memória; Subjetividade; Imaginário.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This paper aims to broaden the study of cities through a subjective perspective. While acknowledging the objective relationship between individuals and urban space, it is also necessary to consider poetic constructions, especially those related to memory. In this context, a phenomenological approach, grounded in lived and sensitive experience, places individuals within another layer of interpretation of urban space, encompassing not only the built physical environment but also its symbolic dimension. The city is understood both as a space of everyday experience and as an open field for reverie. The purpose of this study is to demonstrate that rationality and subjectivity are not mutually exclusive; rather, reason itself also generates subjective and mnemonic dimensions, whether personal or collective. Within this framework, Gilbert Durand's theory of the Imaginary becomes fundamental for understanding the sensitive and symbolic dimensions of urban life.

Keywords: Urban Space. Memory. Subjectivity. Imaginary.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo ampliar el estudio sobre las ciudades desde una perspectiva subjetiva. Aun respetando una relación objetiva entre el individuo y el espacio urbano, también es necesario considerar las construcciones poéticas, especialmente en lo que se refiere a la memoria. En este contexto, un enfoque fenomenológico, constituido a través de una experiencia sensible, inserta al individuo en otra capa de lectura del espacio urbano; es decir, no solo el espacio físico construido, sino también su dimensión simbólica. Consideramos la ciudad como un espacio de vivencia y, al mismo tiempo, como un espacio abierto al ensueño. En este sentido, se pretende demostrar que la racionalidad y la subjetividad no se excluyen mutuamente, sino que la razón también promueve aspectos subjetivos y de la memoria (personal o colectiva). En este marco, el Imaginario de Gilbert Durand se vuelve fundamental para promover una lectura de lo sensible en la ciudad.

Palabras clave: Espacio Urbano; Memoria; Subjetividad; Imaginario

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Por mais que já tenham sido feitos estudos sobre a cidade e seus mais variados aspectos, sociológicos, antropológicos, históricos, urbanos, e de outras áreas do saber, é sempre possível se propor um outro estudo, uma outra leitura, e nunca se esgotarem as possibilidades de análises. Os estudiosos, os transeuntes, e todos os cidadãos, que pesquisam, comentam e opinam sobre a cidade são as mesmas pessoas que caminham por suas ruas e vivenciam seus espaços; que enfrentam as dificuldades de mobilidade pedonal, do trânsito, dos meios de transporte – sempre insuficientes - para se deslocarem por pequenas ou grandes distâncias, quando se pensa uma megalópolis como São Paulo. São essas mesmas pessoas que se defrontam com as duras realidades sociais das desigualdades, da violência e do medo; e que mesmo assim, caminham pelas ruas da cidade, para poderem viver e trabalhar. São essas pessoas que presenciam as faces da cidade, quando se propõem a olhá-la com um pouco mais de crítica e de questionamento, para saberem em que espaço habitam e o porquê é como se apresenta.

O questionamento de um, é o questionamento de todos, consciente ou inconscientemente, porque a cidade não é um espaço onde se vive racionalmente, apenas; mas, um espaço dos sentidos e dos sentires. Consequentemente, do que se vê e do que não se vê, mas se sente; ou então, espaço dos famosos *déjà-vus*, que permitem vários devaneios sobre o ser e o lugar, numa aproximação a Bachelard (1988).

Considerando o sentido de devaneio (*rêverie*), tal como elaborado por Gaston Bachelard (1988), compreende-se o devaneio como um estado distinto tanto do sono noturno quanto da imaginação ordinária. Trata-se de um movimento específico da imaginação poética, dotado de autonomia própria, por meio do qual se opera uma libertação interior do sujeito, permitindo-lhe abrir-se ao universo das imagens e ao infinito, alcançando, assim, sua intimidade mais profunda. Para Bachelard, a *rêverie* não constitui uma fuga do real, mas uma forma de aprofundamento ontológico da experiência, na medida em que instaura uma relação sensível e imaginante com o mundo.

Nessa perspectiva, o experienciador do espaço urbano passa a percebê-lo como uma ampliação transcendente do próprio lugar e da própria consciência. Tal ampliação ocorre em virtude da ação da imaginação poética do devaneio, que coloca o sujeito em um estado mesovígil de consciência, situado entre a vigília racional e a passividade onírica. Esse estado intermediário corresponde ao que Gilbert Durand (1989, 1988, 1980) reconhece como a dimensão simbólica da imaginação, na qual as imagens não se reduzem a representações subjetivas, mas assumem uma função estruturante do ser, organizando modos de habitar, perceber e significar o espaço.

PENSAR FORA DO EIXO

Assim, a imaginação, longe de desempenhar um papel meramente estético ou psicológico, adquire um estatuto ontológico, pois cria modos de ser e possibilita o surgimento de novas imagens e configurações simbólicas do urbano. Tal compreensão aproxima-se das abordagens fenomenológicas do espaço, nas quais o lugar não é concebido como um dado objetivo e neutro, mas como uma realidade vivida, constituída pela experiência sensível, pela memória e pela imaginação. Desse modo, o devaneio emerge como chave interpretativa fundamental para a leitura da cidade, entendida não apenas como forma construída, mas como espaço existencial e simbólico.

Essa forma de experiência implica reconhecer à imaginação um papel constitutivo do ser-no-mundo, na medida em que ela produz modos de significação e não apenas representações. A cidade, assim, não se reduz a um conjunto de objetos materiais, mas se configura como um espaço ontologicamente ampliado pela ação imaginante, no qual se cruzam dimensões racionais, afetivas e simbólicas. A cidade será então considerada como um espaço de vivência para o trabalho, racional e objetivo; e um espaço para a vivência das percepções afetivas e devaneios, um espaço subjetivo e, também, da memória. Nesse sentido o que se pretende é demonstrar que a racionalidade e a subjetividade não se excluem; o que acontece na razão é combustível do subjetivo e da memória pessoal ou coletiva. Quando se fala em memória, fala-se do passado, mostrando o tempo histórico da cidade, um antes e um depois, que se inscreve (e se inscreverá) pela fala comum do cidadão ao narrar suas experiências e partilhar suas memórias, como uma fala da alma que permite a percepção (*aisthesis*) do tempo e do espaço.

Com essa perspectiva, pode-se pensar a cidade como um espaço de integração, mais do que exclusão (que é o que mais acontece), um espaço que põe o cidadão à prova e que faz com que a resiliência seja um traço do homem contemporâneo, habitante das cidades modernas, que coloca em risco sua psique, ou melhor, fazendo-o se defrontar com o seu material inconsciente, às vezes, fazendo-o duvidar de sua própria personalidade. Para que isso não aconteça, esse indivíduo deve se expressar, narrando, devaneando, pensando e agindo no espaço em que habita e vive; ou se render à alienação social.

A relação do indivíduo com o meio em que vive se estabelece, em grande medida, mais pela narrativa construída sobre o lugar do que pela recuperação imediata de sua observação empírica. Considerando-se que as experiências narradas são mediadas pelo filtro da subjetividade e pela dimensão afetiva das experiências vividas, pode-se afirmar que tais narrativas não apenas promovem a integração do homem com o meio, mas também, no âmbito das trocas simbólicas, mobilizam conteúdos do inconsciente. Esse movimento favorece o reconhecimento e o

PENSAR FORA DO EIXO

fortalecimento do ego, bem como sua progressiva relação com o *self*, compreendido, na psicologia analítica, como o arquétipo da totalidade psíquica, que abarca tanto a consciência quanto o inconsciente (JUNG, 1991, p. 275–276).

O processo pelo qual essa relação se estabelece corresponde ao que Jung denomina individuação, isto é, o percurso simbólico e experiencial pelo qual o ego se diferencia, sem se separar do *self*, caminhando em direção a uma integração mais ampla da personalidade. Nesse sentido, o *self* não se confunde com o ego, mas o transcende e o orienta, funcionando como princípio regulador da psique e como meta do processo de individuação (JUNG, 1991, p. 288–289).

Nessa integração entre indivíduo e meio, entre cidadão e cidade, pode-se, por meio de uma leitura metafórica, compreender o indivíduo como o ego da cidade, enquanto a cidade figura como um campo simbólico da psique. Da relação dinâmica entre ambos emerge uma configuração análoga ao *self*, entendida como produto do processo de individuação e, portanto, como elemento definidor da personalidade do indivíduo em sua relação existencial com o espaço urbano.

A cidade é o campo de desenvolvimento e de formação da identidade do ser, e ao mesmo tempo em que faz com que haja uma integração entre indivíduo e meio ambiente urbano - para um reconhecimento de quem se é, no lugar -, exige um distanciamento para que se reconheça o lugar. Neil Leach, arquiteto e teórico da arquitetura, britânico, diz,

If we were to highlight the role of the physical environment within that regime, we could perhaps point to a range of iconic buildings and geographic formations that feature prominently in the national psyche, to those of less significance that nonetheless structure our everyday lives. It is here that we can recognize the potential of “place” as a register of indexical markers that condition personal identity. (LEACH,, 2007, p. 39).

Este movimento pendular de aproximação e de distanciamento para a percepção do lugar não considera somente edifícios importantes e marcas arquitetônicas como instituidores do urbano, mas mostra a cidade como um conjunto de obras edificadas, parte da vivência dos cidadãos; no entanto, a vivência de cada um definirá o *locus* seguro, onde os sonhos e o imaginário se instituirão e se encontrarão.

Partindo desses pressupostos é que será pensada uma ampliação do método de pesquisa do espaço urbano e das cidades em suas constituições psicossociais, dando ênfase à dimensão afetiva e subjetiva da compreensão e apreensão desse espaço no qual muitas pessoas vivem, sem sequer conhecê-lo, um pouco além do que é visto. A pesquisa e a observação empíricas serão de

PENSAR FORA DO EIXO

fundamental importância, porque permitirá a leitura mais pessoal e subjetiva sobre esse espaço de vivências, e para finalizar as observações, a heurística – no seu sentido grego de encontrar, descobrir –, que, como uma maiêutica socrática, dará a interpretação, fará a busca do material simbólico, que constituirá a dimensão imaginária do espaço urbano, e do simbolismo que já está ali, mas não é visto; ou melhor, que está implícito ao espaço urbano, mas ainda é desconhecido.

A CIDADE, CAMPO METODOLÓGICO

Sem qualquer dúvida, exagero, ou medo de errar, a cidade pode ser considerada a criação mais extraordinária da humanidade. É o local que desde o seu início, o primeiro agrupamento humano, reúne pessoas que compartilham as mesmas necessidades e a mesma língua, marcando como características primeiras a proteção e a comunicação, numa tentativa de dominação do tempo, como repositório de memórias e lembranças de fatos sociais e históricos, narrados como forma de preservar os costumes e a cultura, desenvolvidas nesse espaço. Com a cidade, não só a história se institui como narrativa, mas os ritos e os mitos transcendem os limites desse espaço, dando-lhe significados mais profundos do que os que se têm à primeira vista, ao desvelar uma dimensão do imaginário urbano que aponta para a cidade, como a representação de um espaço de proteção e repouso, que acolhe todas as formas de pensamentos, de comportamentos e de pessoas, com as suas idiossincrasias.

As histórias narradas, num primeiro momento, enquanto parte das Grandes Narrativas (LYOTARD, 1988), institucionalizadas, remetem ao imaginário da práxis do poder, e de um discurso racional positivista, que direciona, a maioria das pesquisas sobre as cidades, enquanto propostas metodológicas, desprezando outras formas de percepções mais subjetivas, como as narrativas de um cotidiano banalizado e reencantado (MAFFESOLI, 1984) das pessoas que habitam as cidades.

Os cidadãos, que interferem e se integram, interagindo na formação e na percepção do espaço urbano, dando subsídios à memória pessoal e ao imaginário individual, tanto quanto à memória e ao imaginário dos grupos, são esquecidos ou desconsiderados, enquanto fonte de informação para as análises do espaço da cidade. Há uma prática cotidiana, que parece não interessar à narrativa do poder, com o seu discurso praxeológico. Para Bernardo Secchi (2012), o urbanismo é um conjunto de práticas resultantes da modificação do território e da cidade, mais do que obras, tendo em vista, conseqüentemente,

PENSAR FORA DO EIXO

[...] as transformações da cidade e do território que recaem no domínio da experiência sensível: o que vejo, toco ou escuto. Mas minhas experiências sobre estas transformações são inevitavelmente influenciadas pelo fluxo de discursos que foram mobilizados para produzi-las e legitimá-las, para justificá-las *ex ante* e *ex post*" (SECCHI, 2012,p.19) .

Num primeiro momento, as práticas sensíveis antecipam um olhar de suposições subjetivo e estimativo, que, após uma análise, elucidam os possíveis desvios e ajustes dos resultados. Nessa proposta de análise, as possibilidades das ações do imaginário são salientadas, para, a partir disto, seguirem uma reavaliação mais específica e racional – sem desacreditar a afetividade -, que ao considerarem os possíveis desvios, ajustam-nos para as normas da prática vigente.

Um outro princípio metodológico desponta da possibilidade da reconstituição da memória e da história da cidade, por meio de memórias pessoais a partir de reminiscências, que consideram o imaginário pessoal, individual, como arcabouço de referências de um processo filogenético e ontogenético, o que permite pensar o urbano não só como um espaço construído pelo homem e, conseqüentemente, uma intervenção no espaço natural, mas entender esta intervenção como uma ação psíquica e uma construção simbólica inerente a toda a humanidade; sendo necessário considerar a dimensão mítica na formação das cidades, já que o homem é o único ser vivente que precisa da dimensão simbólica para existir enquanto ser de cultura; considerando, ainda com Secchi (2012) que a compreensão da cidade e do território pertence às experiências cotidianas e individuais, de cada um. Isto justifica o estudo do urbanismo como uma forma de narrativa e como um *"inventário do possível"* (idem, 41).

As semelhanças significativas entre as cidades, na dimensão arquetípica, são dadas pelos símbolos, por meio de seus isomorfismos, naquilo que as caracterizam como "refúgio", muito mais do que as suas particularidades práticas, organizacionais, ou administrativas e, até mesmo, das suas morfologias. Pode-se dizer que isso acontece para além da sua dimensão, da sua localização e da sua geografia, e que todas as cidades são a mesma cidade, na sua dimensão mítica revelada na narrativa de seus moradores. Daí termos sempre a cidade natal como referência máxima do estar no mundo, e como local do desejo último de descanso eterno – o local de nascimento é o verdadeiro local de origem e o local do desejado repouso; é o "nosso" chão; onde acontece o processo de filogênese e ontogênese na formação do indivíduo no espaço urbano e, em ambos os casos, a representação simbólica não é somente o refúgio, mas o retorno ao refúgio. O local de nascimento é a terra sagrada; ou o local de acolhida, o exílio - que pode se transformar de uma terra estranha e de rota de fuga em verdadeira pátria, quando estabelecidos vínculos simbólicos

PENSAR FORA DO EIXO

com o lugar, quando o indivíduo, num processo ritualístico e cotidiano transforma este local estranho em refúgio, integrando-se à sua história, e integrando a história do lugar à sua história de vida.

A cidade enquanto espaço social construído é eminentemente uma invenção cultural da raça humana, cujos primórdios estão nos amontoados de pedras e nas cavernas que registravam as reverências do homem do paleolítico aos seus mortos e à sua necessidade de proteção, como descanso da transumância pela sobrevivência. Por algum motivo, ou coincidência, ou necessidade os homens do paleolítico voltaram para reverenciar os seus mortos, ou os reverenciavam, quando passavam novamente pelo mesmo lugar, fazendo com que a cidade dos mortos antecedesse a cidade dos vivos, demonstrando, nesse comportamento pendular dos grupos sociais, a inquietude que agita a vida do ser humano, o movimento e o repouso (MUMFORD,1982).

Nesse movimento pendular, a percepção humana se constituiu e construiu a cidade e o seu espaço dando-lhes qualidades inerentes às necessidades de seus habitantes. A vida dos homens adquiriu outra realidade, do campo para a cidade, do movimento para a passividade do lar e do conforto da proximidade e das facilidades para a aquisição dos meios de vida e dos elementos necessários à sobrevivência, fez com que o homem se acomodasse nas aparências de uma vida fácil ,e se esquecesse das dimensões do espaço; até se dar conta que nas cidades, com seu crescimento desenfreado, tudo ficou muito longe – o trabalho, o supermercado, o lazer -, e, novamente, a necessidade do deslocamento se tornou preponderante.

A cidade, na sua invenção, é o local ideal para todas as experiências da vida humana; um espaço simbólico, onde as representações das experiências de vida e das ideias encontram um campo fértil de florescimento; portanto, a cidade é o local onde se cruzam a vida e os sonhos, a História e as histórias de vida, a Sociologia e a socialidade de Maffesoli - “*a pregnância de uma memória espacial*” (1984, p.53) -; é o palco das representações de uma macro e de uma micro-história, dos embates sociológicos, econômicos e políticos, e das manifestações afetivas, socioculturais e simbólicas – como as artes e as festas.

A cidade, palco das vivências pessoais e dos fatos sociais, retém as memórias inscritas em seu chão, marcadas pelas ações de seus habitantes; memórias individuais que não fazem parte das narrativas da história oficial, mas, que enquanto histórias de vidas, traçam as narrativas unem os locais, dando unidade ao espaço público. Somente com esse deslocamento pode-se perceber as dimensões urbanas e as singularidades dos espaços urbanos, das reentrâncias, das ruas, dos becos e a amplitude das praças e das grandes avenidas. Como diz Michel de Certeau (1994), aproximando o deslocamento urbano, a caminhada, às “figuras de estilo” da literatura, há uma

PENSAR FORA DO EIXO

retórica no caminhar que molda percursos. A retórica, ainda com Certeau, permite catalogar os desvios do caminhar (tropos) que podem oferecer modelos e hipóteses para a análise das formas de apropriação dos lugares, que se sobrepõem à geometria urbana e normativa, cuja característica é o seu “sentido próprio”, como uma ficção para um uso particular e metalinguístico.

Michel de Certeau transgride a ordem do espaço urbano pela caminhada, buscando as reentrâncias; no entanto, é preciso lembrar com Ecléa Bosi que

o planejamento funcional combate esses recantos. Na sua preocupação contra os espaços inúteis, elimina as reentrâncias onde os párias se escondem do vento noturno, os batentes profundos das janelas dos ministérios onde os mendigos dormem. Mas a cidade conserva seus terrenos baldios, seus desvãos, o abrigo imemorial das pontes onde se pode estar quando se é estrangeiro e desgarrado” (Bosi, 1987,p 363).

Esses espaços desconsiderados pelo planejamento urbano, com sua praxeologia obsessiva, são os “bolsões de memória” urbana, são partes da história da cidade que se entrecruzam com as histórias de vida dos cidadãos comuns e dos desvalidos, para a reconstrução e o desvelamento de uma urbanidade invisível aos olhos da estatística.

Esses espaços ao se transformarem em relatos, em lugares de interesses para os urbanistas, propiciam à memória e à história da cidade se complementarem, por relatarem não somente os fatos políticos, mas os fatos de uma socialidade dos excluídos, dos menos favorecidos, do homem comum - *“à socialidade, correspondem a solidariedade orgânica, a dimensão simbólica (comunicação), o não lógico, a preocupação com o presente”* (MAFFESOLI, 2009, p.100); por isso a cidade deve ser para todos e não somente para os que representam a ideologia do poder – uma classe social economicamente mais abastada e por aqueles que comungam de um mesmo ideal -; a cidade é, também, dos estranhos e dos desvalidos.

A cidade “invisível” só existe, na sua dimensão mítica, pelos narradores do cotidiano banal, os desvalidos, os estranhos, os socialmente excluídos, homens sem qualidades, postos de lado, porque com *“a sua transumância retórica traz e leva os sentidos próprios analíticos e coerentes do urbanismo: é uma ‘errância do semântico’, produzida por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem”* (CERTEAU, 1994, p.182). Assim, por exemplo, os passos dos moradores de rua fazem da cidade um lugar seguro, a despeito de toda a violência urbana, porque é no deslocamento que essas pessoas se protegem, são nas suas próprias exposições que se resguardam dos possíveis atos de violências, e são nos lugares “proibidos” pelo planejamento urbano que vivem – nas reentrâncias,

PENSAR FORA DO EIXO

nos átrios das igrejas, sob os viadutos e pontes, etc. Mas, são essas pessoas, também, que cruzam a cidade em busca de pontos que ofereçam o básico para sua sobrevivência. São, essas pessoas, os narradores urbanos sem voz e nem vez, que fazem a “*transumância retórica*” (CERTEAU, 1994), junto a muitos outros de outras categorias de cidadãos que vivem em situação de rua.

Em oposição ao sentido de refúgio, Bauman (2009) aponta o medo na cidade como a perda da solidariedade humana que substitui as comunidades fortemente unidas e as corporações, por um individualismo que leva ao cuidado de si próprio e por si mesmo, deixando ao Estado moderno a administração do medo; essa postura muda o discurso urbano, mas não à forma de constituir o imaginário coletivo, que é a vivência dos fatos e dos lugares.

O medo dos cidadãos desqualificados, tratados com tolerância zero, impõe uma distância intransponível para escapar ao perigo e restituir a “pureza” do local, afastando a causa do medo para espaços marginais, *off-limits*, numa tentativa de esconder aquilo que assusta (para não conviver com a classe média e trabalhadora), colocando-os, “*onde não podem ser vistos nem se fazer ver*” (BAUMAN, 2009, 26); esses páreas sociais, os cidadãos da “última fila”, não podem sair dos locais em que moram, para áreas mais seguras da cidade, com melhores condições de vida, como os bairros nobres e distantes dos centros urbanos, ou os condomínios fechados – *gated communities* -, com guarda 24 horas por dia, onde vivem os cidadãos da “primeira fila”, que não se identificam com o lugar. Os cidadãos da “última fila” terão que viver no mesmo lugar pela maior parte de suas vidas, por isso,

espera-se que sua atenção – cheia de insatisfações, sonhos e esperanças – dirija-se inteiramente para as ‘questões locais’. Para eles, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate a luta – às vezes vencida, mas com maior frequência perdida – para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo” (BAUMAN, 2009, p.28).

A modernidade institui o medo que requer o cuidado de uma vigilância que faz com que os semelhantes sejam, cada vez mais considerados como desiguais, somente pela condição econômica, influenciando profundamente a arquitetura das cidades e espalhando câmaras de vigilância a cada metro, criando a “*arquitetura do medo e da intimidação*” (BAUMAN, 2009, p.63), fazendo com que as narrativas urbanas, que deveriam ser de todos, seja a narrativa de somente uma categoria de cidadãos, que se autointitula, como privilegiada por pagar os impostos, instituindo uma única voz, uma fala direcionada e excludente, que chama os cidadãos menos privilegiados de “outros”, não no sentido psicológico e psicanalítico que remete à percepção da alteridade, mas no sentido de uma exclusão social.

PENSAR FORA DO EIXO

A cidade se constrói numa polaridade, da mesma forma que protege, permite o perigo. Da mesma forma que é um local ideal, e representação de um território celestial, é também o inferno – a cidade na sua existência é onde se trava a batalha apocalíptica, dado o antagonismo das forças que a cristalizam, se pensada somente enquanto uma criação da cultura da *práxis* do ser humano. A redenção da cidade acontece ao se entender que o seu espaço construído é uma representação simbólica, que tem como arquétipo a “Jerusalém Celeste”, que permite

(...) que o território ocupado, com a finalidade de ser habitado ou utilizado como *lebenstraum*, antes de mais nada tem de ser transformado, do caos para o Cosmo; isto é, por meio do efeito do ritual, ele recebe uma ‘forma’ que faz com que se torne real” (ELIADE, 1992, p. 22-23).

Essa ritualização do espaço urbano, essencial para a fundação das cidades antigas, que acontecia pelos auspícios de sacerdotes para a consagração do local, hoje, acontece nas pequenas comunidades e nos bairros periféricos, como forma de socialidade na organização do espaço habitado, onde todos os participantes são sacerdotes de uma realidade que começa a tomar forma. Os moradores constroem comunitariamente a “sua cidade” apropriando-se do espaço urbano, dando-lhe a forma que corresponda às necessidades da comunidade, ritualizando a construção do espaço que habitarão por meio de festas comemorativas; de enchimento de lajes, por exemplo – o trabalho é comunitário, e o conagraçamento também. Esse conagraçamento permite a execução de sonhos para as realizações individuais, como se reflete em toda a comunidade, criando uma unidade moral e ética, de apoio mútuo e de fraternidade entre os moradores locais, ampliando a autoconstrução do espaço público, como transcendências das percepções do real - o mínimo do sonho atingido é uma realização sobre-humana.

As dimensões simbólicas se sobrepõem às duras práticas cotidianas e sacralizam o espaço periférico da cidade, por meio de um encontro de heterogeneidades dos indivíduos para a construção do refúgio familiar – pelo rito da criação do lugar as diferenças se complementam. A execução do o rito concretiza o sentido de pertencimento, colocando os indivíduos que constroem a comunidade em relação com o real, e com a *práxis* cotidiana do fazer, num processo mitopoiético. Fazem o seu espaço e contam as suas histórias; novas narrativas, narrativas que não são oficiais, mas que formam o imaginário dos cidadãos locais e definem as dimensões éticas desses fazeres.

As representações simbólicas nas áreas centrais da cidade se apresentam de outra forma; os ritos são, quase sempre, ações de trabalho, para o trabalho, num distanciamento de indivíduos e de construções de individualidades; porém, o centro mantém a sua dimensão simbólica, que é o de ser

PENSAR FORA DO EIXO

o início histórico da cidade. É comum, nas cidades que o centro econômico se desloca de uma região para outra, mas o que permanece na memória do cidadão é o ponto inicial, onde se localizou o primeiro centro de poder - igreja, próxima à delegacia e à prefeitura –, as três Ordens (DURAND, 1980) que existem em toda cidade – Marcial, Pontifical e Imperial –, marcos fundadores das cidades, e resquícios míticos no seu desenvolvimento; essas Ordens são ampliadas na Mercantil e na Quirinal, representando o comércio e a ordem patrimonial/territorial e econômica, respectivamente. Essas ordens são estruturas funcionais que subsistem nos planos urbanísticos e na organização dos espaços das cidades, sem serem percebidas racionalmente, firmam-se nas pulsões de forças opostas incitando à complementaridade das pulsões estruturantes (idem).

Pensar o simbolismo do centro é registrar a dimensão simbólica na constituição dos espaços urbanos, para demonstrar sua importância no desenvolvimento da cidade, a princípio histórico, mas que na pós-modernidade adquire uma virtualidade, a exemplo de uma multiplicidade de cidades que se sobrepõem, como num palimpsesto – a materialidade desaparece, mas a memória, não. De certa forma, quando as áreas periféricas se organizam, espontaneamente, pela vontade e por ações populares antes que políticas, é possível perceber a instituição de centros, para as reuniões de moradores; e é possível perceber como estes centros começam a hierarquizar os lugares, definindo as centralidades das periferias.

Na ritualização do centro, por mais degradado que seja, ainda há uma visão Cósmica, para os estudos simbólicos do espaço real e urbano com o espaço sagrado de uma cidade celestial, que carrega um princípio de organização. O centro é o ponto zero para as medidas de distâncias. É a partir do centro que se originam as narrativas urbanas, não se conta a história de uma cidade sem se fazer referências à sua origem. É do centro que se olha toda a cidade – do centro se vê a periferia. Do espaço central da cidade, desprovido de brincadeiras e jogos infantis, escutam-se os risos descontraídos que ecoam dos bairros distantes, resultantes de um imaginário social. As crianças do centro da cidade são estigmatizadas, são “meninos de rua”, trombadinhas; as crianças da periferia são crianças pobres; em ambos os casos, as crianças sofrem as consequências de uma violência discriminatória, causada por uma ordem econômica, e de trabalho. As distâncias são reais na cidade, até a infância tem as suas distâncias. E são exatamente estas distâncias que dão o tom da desarmonia; o que ecoa no centro é um anseio, um desejo de mudança, uma busca da memória que se esvai a cada dia, a cada passo esquecido de onde pisa, transformando a rua em um mero lugar de passagem.

PENSAR FORA DO EIXO

A cidade é um desejo de refúgio, onde as diferenças convivem em uma quase harmonia, e ao mesmo tempo em que tem um centro empobrecido de vida, tem uma periferia, quase sempre pobre economicamente, mas cheia de vida; para além das regiões nobres e ricas, que definem os vetores de crescimento do espaço urbano. Isso expõe uma outra cidade, escondida sob a aparência primeira daquilo que é visto de imediato; como as “Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino (1990). O olhar para essa outra cidade é comprometedor, por ser um desassossego àqueles que pensam a cidade por um viés prático e utilitarista, como se a cidade fosse apenas para os automóveis, em detrimento dos pedestres. Ao se perceber essa outra cidade, vê-se a falta de humanismo que se instaurou nas cidades contemporâneas e pragmáticas, com seus planejamentos fragmentadores, segundo interesses empresariais, com uma ideia desajustada de empreendedorismo.

Para o antagonismo da cidade, que protege e que prepara seus cidadãos para a batalha – nas suas estruturas “mística” e “heroica” – há, numa complementaridade, o sentido do acolhimento, a gliscromorfia, a viscosidade, que leva para a confusão e o eufemismo, à antífrase, próprias de um “regime noturno de imagens” (DURAND, 1989). A cidade é o local onde a miniaturização acontece espontaneamente como num jogo de encaixes, todas as peças se moldam para dar unidade ao todo e para representar a totalidade do território. Mas, a singularidade maior das cidades são as mudanças que ocorrem na percepção do seu espaço durante o dia e à noite.

À noite, a sensação de proteção diurna, com sua estrutura heroica, desaparece do território urbano e se transfere para os ambientes fechados das moradias; o perigo, que nos primórdios das civilizações, estava fora dos muros, é transferido para dentro das cidades, que hoje ocupam grande parte do território natural. As cidades têm os seus duplos que se apresentam numa estrutura de complementaridade – “Na cidade noturna, o verdadeiro perigo não está no exterior. O refúgio social submete-se ao ritmo cósmico que lhe dá um novo limite e cria assim um espaço gêmeo. As grandes cidades da luz têm seus duplos noturnos: Roma e Cartago, Atenas e Esparta, Gênova e Roma, Moscou e Washington” (MICHEL, 1972, p.260).

A duplicidade perceptiva do espaço urbano, segundo os Regimes de Imagens, e suas dimensões simbólicas permitem o reconhecimento de que a leitura e os métodos de análise das cidades podem e devem se ancorar numa visão holográfica – que permite ao observador a percepção integral e aprofundada da imagem, a partir de vários ângulos - da sua forma, num deslocamento de reconstrução. A cidade é múltipla na sua vivência, na sua interpretação e na sua percepção. Os fatos urbanos se sobrepõem e o espaço se multiplica, ou melhor, se desdobra sem deixar de ser único. Esta visão holográfica permite ou requer – para ser mais incisivo – um novo paradigma

PENSAR FORA DO EIXO

(CARVALHO, 1990) que não exclua ou fracione as possibilidades, mas, antes, integre-as. Um paradigma da Complexidade, ou Holonômico (Colóquio de Córdoba, 1980)¹, que ao ser ampliado à metodologia urbana permita integrar o acaso dos fatos cotidianos, as histórias de vida e os “estranhos”, no sentido atribuído por FREUD (1976) – como os moradores de rua, os cidadãos de “última fila” e os estrangeiros -, na concepção e organização do espaço da cidade; possibilitando um planejamento mais flexível que seja pautado tanto pelos dados estatísticos, como pelas histórias de vida, e que não perca de vista a dimensão afetiva da organização espacial. E que, acima de tudo, entenda-se que “viver na cidade significa viver junto – junto com estrangeiros. Jamais deixaremos de ser estrangeiros: permaneceremos assim, e não interessados em interagir, mas, justamente porque somos vizinhos uns dos outros, destinados a nos enriquecer mutuamente” (BAUMAN, 2009, 75). mas, acima de tudo, permaneceremos estrangeiros, porque o somos historicamente. Poucos são os descendentes dos povos originários.

O sentido de complementariedade que Bauman (2009) apresenta com a ideia de sermos constantemente estrangeiros, pode ser percebido nas diferenças de narrativas e no modo de compreender e perceber o espaço urbano, levando-se em conta as histórias de vida e a construção do simbólico, como princípio de apropriação do território, mas também, é preciso pensar a diferença como método de compreensão da memória coletiva do espaço urbano, que institui o lugar como espaço de referencialidade, portanto, de socialidade (MAFFESOLI, 1984, 1985, 1993, 2009) enquanto relações sociais, considerando-se o imaginário, os sonhos, etc, construtores do dia a dia e formadores de unidades a partir de interesses comuns, e mítico. Neste sentido, referencialidade e socialidade podem ser pensados como conceitos autopoieticos, que a partir das trocas de saberes comunitários, formam a visão de mundo dos cidadãos, instituindo os espaços, como espaços geradores de fazeres complementares e unificadores, que, ao mesmo tempo em que individualizam, “colam” os indivíduos numa responsabilidade mútua.

Para a compreensão da construção metodológica do mítico, enquanto base de pesquisa urbana, pode-se tomar como exemplo o estudo feito, quando se pensou em uma renovação do centro de Paris, em 1962, envolvendo o “quartier” les Halles. Foram utilizados os “*cahiers des songes*” (Michel, 1972), que tomavam a narrativa dos transeuntes como fonte de levantamento dos

¹A partir dos estudos inter e transdisciplinares sobre a questão paradigmática, numa aproximação entre ciência e consciência, contando com a participação de físicos, psicólogos, psicanalistas, religiosos, pesquisadores do imaginário, etc, buscando entender como a consciência pode ser incorporada a uma visão integral de mundo a partir de diferentes saberes. Ver CARVALHO, José Carlos de Paula, Antropologia das Organizações e Educação – um ensaio holonômico (1990, p. 21). o título do Colóquio de Córdoba era, *Science et conscience. Les deux lectures de l'univers*.

PENSAR FORA DO EIXO

anseios dos cidadãos, que demonstraram a dimensão imaginária da região urbana a ser restaurada, por meio das narrativas contidas nos cadernos. A partir dessas imagens míticas levantou-se a possibilidade de uma proposta que integrasse as dimensões dos anseios e dos desejos dos cidadãos às dimensões da *práxis* burocrática e das necessidades do poder público, como base para o entendimento de que a cidade não pode ser pensada como uma estrutura neutra, e sim como sendo autogerada pelas atividades estruturantes do imaginário social, como uma “dialética entre a evolução socioeconômica e a função simbólica” (Michel, 1972). Bernardo Secchi (2012) considera o urbanismo como uma forma ou esforço de transição entre imaginário coletivo e realidade, e vice-versa. Daí, tratar as diversas dimensões que vão das situações materiais e comportamentos aos desejos individuais e coletivos como busca de uma linguagem verbal e figurativa, cuja coerência se dê por ações práticas de múltiplos atores. Realidade e imaginário se refletem na constituição do pensamento, da narrativa e da construção do espaço urbano – enfim, da ideia de cidade. Com isto, pode-se dizer que a cidade propicia uma multiplicidade de visões, de narrativas, de ações que levam a compreensões inusitadas a cada dia, permitindo um vasto e rico estudo do imaginário urbano, ou de grupos urbanos, ou de regiões da cidade, tendo como base a utilização que os cidadãos fazem deste espaço; consequentemente, é possível se levantar dados, ou se valer destes dados para a proposta de novas metodologias de intervenções urbanas. Metodologias mais flexíveis que considerem o homem comum, com sua vivência do cotidiano, como elemento prioritário para um olhar holonômico e complexo (pensando em E. Morin) sobre o espaço da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – OS PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO.

A cidade dentro de uma estrutura de pensamento que perdura desde suas origens, aprimorando-se nas falas do poder vigente, consagrou como modelo o que se convencionou a chamar de paradigma clássico (CARVALHO, 1990), cujas molduras são compostas pela “razão técnica” e por traços histórico-estruturais, antecipados por H. Lefebvre, em *Le Manifeste diférencialiste*, 1970, e descritos por CARVALHO (idem, p. 22): “concepção informática do conhecimento; concepção operacional dos atos cognitivos; concepção taxionômica do saber e reprodução cognitiva; redução probabilística eliminando o possível, o imaginário, o utópico e a transgressão”, há nisso uma negação da diferença e uma política cognitiva da dominação. Quando pensado em termos de urbanidade, fica clara a previsibilidade das ações dos cidadãos diante das propostas e dos projetos de políticas públicas. Os cidadãos são manipulados como peças de um jogo com

PENSAR FORA DO EIXO

movimentos marcados; no entanto, se a polarização paradigmática, o paradigma holonômico, for considerada como método de análise ter-se-á, conforme Carvalho (Idem, p.22) uma “razão aberta”, com os traços, “razão evolutiva, residual, complexa, para-reflexiva, en-ci-clo-pédica (trans e meta-disciplinar), em suma ‘dialógica’”. Pode-se, então, pensar a cidade como um espaço de união das diferenças, numa ação complementar que considera não somente os aspectos burocráticos de uma razão tecnocrática, mas os acasos, as narrativas, enquanto base simbólica para o levantamento do imaginário pessoal e urbano, conforme os *cahiers des songes* (citado acima), demonstrando a percepção afetiva ou sensível do cidadão com a cidade.

A modulação de um paradigma para o outro não significa destruir projetos já inicializados, ou já construídos para se construir um outro, mas, antes, integrar, no que é o que poderá ser; dar uma organicidade ao espaço urbano, aumentando a fluidez do deslocamento e a integração do homem, permitindo a possibilidade de uma caminhabilidade mais oportuna e segura, menos ameaçada pelos automóveis. Os mitos, constructos, do espaço urbano integrarão o sentido de pertencimento e de territorialidade aos cidadãos, facilitando, aos gestores, a execução e propostas de projetos e intervenções mais compatíveis com o lugar e a sua cultura, uma cultura de grupo, que se amalgama com a cultura geral, que mantém os traços do ser urbano, formando sua identidade de urbanita.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston – **A Poética do Devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988
- BAUMAN, Zygmunt. 2009. **A arte da Vida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo:EDUSP, 1987
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: companhia das Letras,1990
- CARVALHO, José Carlos de Paula – **Antropologia das Organizações e Educação: um ensaio holonômico**.Rio de Janeiro: Imago, 1990
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994
- Colloque de Córdoba Science et conscience, les deux lectures de l’universes. Paris, Stock. 1980.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Lisboa: Editorial Presença. 1989
- DURAND, Gilbert – **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988
- DURAND, G. **La ville et La division Du royaume: vers une sociologie des profunder**. In: BRILL, E. J. L’um e Le divers, v. 45, Eranos, 1976; Leiden. 1980.

PENSAR FORA DO EIXO

- ELIADE, M. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo. 1992
- FREUD, S. **O Estranho**, vol. XVII, Ed. Standard Brasileira. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- HUSKINSON, Lucy. **Arquitetura e Psique – um estudo psicanalítico de como os edifícios impactam nossas vidas**. Tradução: Margarida Goldszztajn. São Paulo: Perspectiva 2021.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LEACH, Neil. **Tpopilia/topophobia: the role of the environement the formation of identity** In: RUANMXing; HOGBEN, Paul. *Topophilia and Topophobua: redlections on twenth-century human habitat*. London/New York: Routledge, 2007
- LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAFFESOLI, M **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre: Sulina. 2009.
- MAFFESOLI, Michel – **A Sombra de Dionísio** – contribuição a uma sociologia da orgia. Tradução: Aluizio Ramos Trinta. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MAFFESOLI, Michel. **El Conocimiento Ordinário** – compendio de sociología. Córdoba. México: fondo de cultura Económica, 1993
- MICHEL, M.-Y. **Les refuges sociaux de ville**. In: BURGOS, J. (org). *Le refuge II*, 1972. Paris, Lettres Modernes.
- MUMFORD, L. **A cidade a história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins F2.
- SECCHI, B. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo, Perspectiva, 2012.